

INTEGRADOS E NÃO-INTEGRADOS: A AGRICULTURA FAMILIAR E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO NO OESTE CATARINENSE

Noeli PERTILE¹

Resumo

A agropecuária representa significativa contribuição para a economia do estado de Santa Catarina. Dentre os seus produtos destaca-se a criação de suínos e aves desenvolvida por agricultores familiares junto às empresas agroindustriais, principalmente no Oeste Catarinense, onde se localiza o município de Quilombo, tomado como exemplo para este caso. O presente texto destaca a organização do espaço agrário pelos agricultores familiares, a relação destes produtores com as agroindústrias, a divisão do trabalho no interior da unidade produtiva e as estratégias de reprodução das pequenas propriedades rurais.

Palavras-chave: agricultura familiar; suinocultura; avicultura; agroindústria.

Abstract

Integrated and unintegrated: family farming and space creation in the west of Santa Catarina

Farming represents a significant share of the Santa Catarina economy. Among its products we can highlight the pork and chicken raising developed by farmers families together with the industry. This happens with more intensity in the West of Santa Catarina, where the town of Quilombo is located. This case uses Quilombo as subject. The following text highlights how agriculture is organized in that town, how farmers relate to the industry, it also deals with the way the workload is organized within a farm and the breeding strategies in small farms.

Key words: family farming; pork and chicken raising; agriculture and industry.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina - npertile@yahoo.com.br - Rod. Amaro Antônio Vieira, 2008 - Bl. 14/303 - Cep.: 88034-102 Bairro Itacorubi - Florianópolis, SC

INTRODUÇÃO

O trabalho implementado pela agricultura familiar na construção e transformação do espaço agrário brasileiro tem sido evidenciado por pesquisadores de diversos campos da ciência². Na Geografia, os estudos enfatizam a identificação e análise dos processos desenvolvidos pelos agentes que interagem na construção desse espaço³. Dentre esses agentes, estão as médias e grandes empresas e os pequenos proprietários rurais que constituem a agricultura familiar.

Para os efeitos deste trabalho, considera-se agricultura familiar um sistema constituído por agentes – os produtores rurais e seus familiares – que estabelecem entre si e com o meio que os cerca relações com vistas a produzir alimentos, obter renda, melhorar a qualidade de vida, entre outros.

Neste texto, pretende-se destacar o modo como as diversas atividades realizadas na pequena propriedade são distribuídas entre os membros da família e qual sua contribuição na organização do espaço agrário no município de Quilombo, Oeste de Santa Catarina. A pesquisa foi realizada em diversas localidades do município entre abril de 2000 e agosto de 2001. Foram entrevistados 35 produtores proprietários que utilizam o trabalho direto seu e de sua família, podendo contar com a ajuda de terceiros em momentos em que as atividades agropecuárias exigirem. Todos os entrevistados residem na área rural e em pequenas propriedades.

Para os fins deste trabalho, considera-se pequena propriedade, os estabelecimentos rurais com áreas inferiores a quatro módulos fiscais. Conforme INCRA (2002), módulo fiscal é uma unidade de medida expressa em hectares, fixada para cada município, considerando, por exemplo, o tipo de exploração predominante no município, a renda obtida com a exploração predominante, outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam significativas em função da renda e da área utilizada, entre outros fatores. De acordo com os dados cadastrais do INCRA, para o município de Quilombo um módulo fiscal equivale a 18 hectares de terra. Sendo assim, as pequenas propriedades deste município podem dispor de até 72 ha. No entanto, de acordo com a divisão dos extratos de área estipulados pelo IBGE na composição da estrutura fundiária, verificou-se que a grande maioria das propriedades rurais do referido município, incluem-se na categoria de propriedades com menos de 50 ha.

Entre as tarefas desenvolvidas nas pequenas unidades de produção no Oeste catarinense, bem como em muitas outras áreas rurais do Brasil, destaca-se o cultivo de produtos para a subsistência da família e comercialização do excedente. Contudo, a exemplo do que ocorre no Oeste catarinense, em todas as propriedades pesquisadas no município de Quilombo, a policultura apresenta pelo menos uma atividade destinada especificamente à comercialização com as agroindústrias. No que se refere aos produtos agrícolas, destacam-se o milho, como cultivo temporário e a laranja, como cultivo permanente. O milho torna-se matéria-prima para a farinha, consumida pela própria família, e para a quirera destinada aos animais da propriedade (especialmente suínos e bovinos). Esse cereal, entretanto, é cultivado principalmente para ser

² Sobre o tema *agricultura familiar* ver Guimarães (1982); Abramovay (1992); Lamarche (1993) e Graziano da Silva (1982; 1998; 1999).

³ O termo agente é utilizado com o significado de produtor da ação. Neste caso, o agente não é, necessariamente, detentor de autonomia, como sugerido por Brito (2002, p. 12). Em algumas atividades agropecuárias, como por exemplo na avicultura, os produtores integrados necessitam seguir exatamente o que é determinado pelas agroindústrias, restando-lhes assim, pouca autonomia sobre tal atividade.

comercializado com as cooperativas e outras indústrias de rações para animais, uma vez que a criação de aves e suínos confinados implica o consumo de grande quantidade de ração. Portanto, o cultivo de milho e a criação de animais para a integração em pequena propriedade são características relevantes na economia do Oeste catarinense. Já a produção de laranjas do município em foco é comercializada com a indústria de sucos, localizada na própria região. Na pecuária, a prática mais frequente é a criação de suínos, aves e bovinos (produção de leite) para as agroindústrias. Estas também constituem outro aspecto marcante da economia do Oeste catarinense⁴. A criação de suínos e aves é realizada pelos pequenos proprietários de acordo com um contrato preestabelecido com as empresas, no sistema de *integração*⁵. A produção de leite, de forma semelhante, é comercializada com empresas de menor porte e de abrangência mais restrita que as indústrias processadoras de carne.

Essas e outras atividades são desempenhadas, predominantemente, pela força de trabalho familiar. Contudo, nos períodos em que algumas atividades demandam um maior número de braços, a família recorre aos trabalhadores temporários. Esta forma de trabalho ocorre, eventualmente, nas atividades da lavoura e, com maior frequência (a cada trinta e quarenta dias) na avicultura, no momento em que o produtor entrega os lotes de aves para a indústria.

Na lavoura, os *diaristas* auxiliam a família no preparo do solo e na fase da colheita de produtos, como o feijão e o milho, por exemplo. Por outro lado, nas propriedades nas quais a principal atividade baseia-se na integração com aves, o trabalho temporário ocorre predominantemente na fase de carregamento dos frangos da propriedade para o frigorífico. Assim, busca-se compreender de que maneira e em que condições o espaço agrário do Oeste catarinense é reestruturado por meio do trabalho familiar, com destaque para o município de Quilombo.

O TRABALHO FAMILIAR NA PEQUENA PROPRIEDADE

A amostra da estrutura fundiária do município de Quilombo reflete o modo de colonização efetuado no Oeste catarinense, onde a propriedade fundiária foi parcelada em lotes de aproximadamente 25ha cada. Em 1970, as propriedades com menos de cinquenta hectares representavam 88% no estado de Santa Catarina e 94% tanto no município de Quilombo, como em todo o Oeste catarinense (Tabelas 1A, 1B, 1C). Já no ano de 1996, elas representaram aproximadamente 89% no estado de Santa Catarina, 94% no Oeste e 97% para Quilombo.

Analisando ainda a estrutura fundiária de Quilombo, é necessário considerar que o INCRA (2002) atribui 18 ha de terra como medida para um módulo fiscal no município de Quilombo. As propriedades com menos de dezoito hectares são consideradas minifúndio. A pequena propriedade, com área compreendida entre 1 e 4 módulos fiscais, pode conter entre 18 e 72 ha. Já a média propriedade (com mais de 4 e até 15

⁴ Algumas agroindústrias têm no Oeste de Santa Catarina a fonte principal da matéria-prima de que necessitam para a fabricação de dezenas de subprodutos que abastecem o mercado nacional e parte do mercado internacional. Alguns exemplos dessas empresas são: Sadia, Perdigão, Seara e Coopercentral – Aurora.

⁵ O processo de integração indústria-agricultura passou por diversas mudanças buscando, cada vez mais, o aprimoramento dos produtos agroindustriais. Vários autores procuram compreender esse processo ocorrido em diversos espaços agrários brasileiros (SORJ, 1980; 82; DELGADO, 1985; MÜLLER, 1989; ALTMANN, 1997; KROTH, 1999; PERTILE, 2001).

**Tabela 1A – Estrutura fundiária de Santa Catarina,
1970 à 1996**

Extratos de área (em hectares)	1970				1980				1996			
	estabelecimentos		área		estabelecimentos		área		estabelecimentos		área	
	número	%	hectares	%	número	%	hectares	%	número	%	hectares	%
Menos de 10	66074	31,9	339874	4,8	75724	35	376792	5	72462	35,7	364673	5,5
10 e menos de 20	56236	27,1	788319	11,2	58943	27	824559	11	60051	29,5	838076	12
20 e menos de 50	61180	29,5	1834402	26,2	57588	26,3	1720446	23	49865	24,5	1481570	22,4
50 e menos de 100	14764	7,1	987259	14	14257	6,6	953380	12,8	12120	6	811300	12,3
100 e menos de 200	4939	2,3	665133	9,5	4946	2,2	670444	9	4585	2,3	617637	9,3
200 e mais	4006	1,9	2410335	34,3	4534	2,9	2928152	39,2	4154	2	2499584	37,8
TOTAIS	207218	100	7025326	100	216195	100	7473778	100	203237	100	6612845	100

FONTE: Organizado por Noeli Pertile, com base em: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1980 e 1996.

**Tabela 1B – Estrutura fundiária do oeste catarinense,
1970 à 1996**

Extratos de área (em hectares)	1970				1980				1996			
	estabelecimentos		área		estabelecimentos		área		estabelecimentos		área	
	número	%	hectares	%	número	%	hectares	%	número	%	hectares	%
Menos de 10	19628	37	102727	9,9	26869	40,8	143414	10,8	29881	34	166546	7,7
10 e menos de 20	16670	31,4	228063	22	22151	33,5	304133	22,9	31752	36,1	449645	20,7
20 e menos de 50	14442	27,2	417476	40,3	14259	21,7	408737	30,7	20767	23,7	612030	28,3
50 e menos de 100	1780	3,4	117836	11,4	1933	2,9	128222	9,6	3490	4	230965	10,7
100 e menos de 200	349	0,6	46679	4,5	440	0,6	59405	4,4	1081	1,2	144718	6,7
200 e mais	202	0,4	123387	11,9	322	0,5	287690	21,6	889	1	559972	25,9
TOTAIS	53072	100	1036167	100	65977	100	1331607	100	87860	100	2163880	100

FONTE: Organizado por Noeli Pertile, com base em: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1980 e 1996.

**Tabela 1C – Estrutura fundiária do município de Quilombo,
1970 à 1996**

Extratos de área (em hectares)	1970				1980				1996			
	Estabelecimentos		área		Estabelecimentos		área		Estabelecimentos		área	
	número	%	hectares	%	número	%	hectares	%	número	%	hectares	%
Menos de 10	730	36,3	4136	10,7	1455	45,4	7436	15,1	538	30,8	3269	10,1
10 e menos de 20	551	27,5	7670	19,8	959	29,9	13502	27,5	660	37,8	9452	29,2
20 e menos de 50	622	30,9	18969	49,1	687	21,4	20421	41,7	477	27,3	13744	42,6
50 e menos de 100	94	4,7	6418	16,7	92	2,9	6093	12,4	58	3,3	3663	11,4
100 e menos de 200	12	0,6	1435	3,7	13	0,4	1635	3,3	13	0,7	1939	6
200 e mais	-	-	-	-	-	-	-	-	1	0,1	242	0,7
TOTAIS	2009	100	38628	100	2006	100	49090	100	1747	100	32310	100

FONTE: Organizado por Noeli Pertile, com base em: IBGE, Censos Agropecuários de 1970, 1980 e 1996.

módulos fiscais) pode possuir de 73 até 270 ha e a grande propriedade (área superior a 15 módulos fiscais) necessariamente com mais de 270 ha.

Esses critérios adotados pelo INCRA, foram confirmados pelos dados do IBGE, na composição da estrutura fundiária de Quilombo que, inegavelmente, identificam este município catarinense como exemplo característico da agricultura familiar, ou seja, em que ocorre o predomínio de minifúndios e das pequenas propriedades, (ICEPA/SC, 2002). Outros poucos estabelecimentos rurais, cerca de 4%, apresentam tamanho médio. Por outro lado, nenhuma propriedade do município possui mais de 270 ha, ou seja, não há o registro de grandes propriedades.

Ainda com vistas a confirmar esses dados, a pesquisa realizada em campo aponta que 80% das 35 propriedades onde foram realizadas as entrevistas possuíam menos de 50ha. Mas a existência de minifúndios, cerca de 20% dessas mesmas propriedades, revelam ainda outro dado - o processo de fragmentação, de subdivisão das pequenas propriedades rurais de Quilombo.

O processo de fragmentação da propriedade fundiária, por sua vez, é explicado por dois fatores que atuam simultaneamente e de maneira complementar. O primeiro refere-se ao modo de colonização da região moldado na pequena propriedade (normalmente em 25ha). O segundo, liga-se aos baixos preços recebidos pelos produtos comercializados da pequena propriedade, seja ela do produtor não-integrado ou do integrado à grande empresa, que reduzem a possibilidade da aquisição de terrenos maiores. Toma-se aqui o exemplo do milho como produto de maior valor econômico e de mercado garantido e que, por isso, é um cereal cultivado pela maioria dos produtores agrícolas do Oeste catarinense. Segundo dados do IBGE, dos 2,3 milhões de toneladas de milho produzido no estado de Santa Catarina, no ano de 1996, 70% foram cultivados em propriedades com menos de 50ha. Para cultivar o milho, o produtor necessita utilizar sementes selecionadas e outros insumos (fertilizantes, herbicidas) que são adquiridos nas empresas agroindustriais atuantes no município. Se o produtor não efetuar o pagamento à vista dos insumos, deverá pagá-los no momento da venda da safra de milho, o que é muito comum. Mas para que o produtor tenha uma boa colheita, além do trabalho empenhado, é imprescindível que os fatores naturais (climáticos) também colaborem, pois caso ocorra qualquer intempérie (estiagem, enchente, chuva de granizo, vendaval), todo o prejuízo fica a cargo do produtor. Não há, até o momento, qualquer política agrícola que beneficie o produtor nesse sentido. Assim, o produtor assume todos os custos da produção e, ainda, no momento de vender o produto, ele sujeita-se a receber o preço estipulado pelas empresas. É comum, nos períodos de entre-safra, o preço do milho estar mais elevado e, a partir do início da colheita, quando o milho começa a chegar nas empresas, o preço do produto começa a cair. Convém ressaltar que o baixo preço pago pelo milho não está relacionado à má qualidade do produto. A qualidade é assegurada, pois as empresas que adquirem o milho exigem do produtor o cultivo de sementes selecionadas, caso contrário, elas não compram o produto.

Nessas condições, o pequeno produtor não-integrado tem grandes dificuldades de gerar uma reserva financeira e de adquirir mais terras. Apesar disso, ele ainda dispõe de uma certa autonomia em relação às decisões tomadas em sua propriedade. Entre os integrados essa autonomia é ainda menor, já que a atividade da integração exige muito mais investimento do que o cultivo de milho, por exemplo. Contudo, tanto o preço recebido pelo milho, quanto pelos animais, não corresponde à expectativa de lucro para compensar os investimentos exigidos pelas atividades.

O milho cultivado é de grande importância nas pequenas propriedades do Oeste catarinense, ele serve de matéria-prima para a criação de animais na propriedade e para a produção de ração nas agroindústrias. Por isso, os suinocultores precisam dispor de terra suficiente para cultivar a quantidade de milho necessária na alimenta-

ção dos suínos por eles criados. Na área pesquisada, as empresas com as quais os produtores comercializam os suínos exigem deles o cultivo de, pelo menos, 70% do milho consumido pelos animais. Assim, a criação de suínos está estreitamente relacionada com o tamanho da propriedade, ou seja, quanto maior a propriedade, maior a possibilidade de cultivar o e maior pode ser a quantidade de suínos nela criada.

No entanto, o cultivo de milho é apenas uma das atividades das pequenas propriedades, incluindo aquelas integradas às grandes empresas. Dentre as atividades pecuárias que mais se destacam na agricultura familiar de Santa Catarina, estão a produção de leite e a criação de suínos e de aves. De acordo com o IBGE, no ano de 1996, foram produzidos nas pequenas propriedades 4,5 milhões de suínos, 87,6 milhões de aves e 86,9 milhões de litros de leite. Essa produção representou 80%, 80% e 83%, respectivamente, do total produzido no estado catarinense para aquele ano. Cabe ressaltar aqui que, tanto na suinocultura, como na avicultura integradas, as empresas demandam ao integrado diversidade de atividades na propriedade. Segundo os integrados, "a empresa não quer que eles dependam de uma única alternativa de renda, porque se uma atividade não vai bem, não render, tem a outra e assim por diante". Será que essa não é uma maneira encontrada pela empresa para que o integrado se conforme com os baixos ganhos com a atividade integrada, principalmente na avicultura que requer mais e constantes investimentos?

Nesse sentido, pode-se exemplificar parte dos investimentos necessários na avicultura, aqueles destinados à ambientalização das aves, tanto no verão, quanto no inverno. No verão, em função das altas temperaturas (entre 26 e 35° C) e da grande concentração (entre onze e quinze mil aves em aviários de cem metros de extensão) na criação de aves, torna-se necessário um eficiente sistema de ventilação para que elas não se sufoquem. Para tanto, o avicultor necessita dispor de diversos (8 a 12) ventiladores grandes. Associado aos ventiladores, há também, o chamado sistema de nebulização, ou seja, um sistema pulverizador de água para umedecer o ambiente. Ao mesmo tempo que a água é pulverizada, os ventiladores espalham-na por todo o aviário, deixando, assim, a temperatura mais amena. Por outro lado, no inverno, com a ocorrência de temperaturas próximas a 0°C, faz-se necessário aquecer o ambiente. Para isso, existem desde os mais antigos aquecedores em forma de campânulas à lenha ou a gás, até os mais recentes sistemas de tubulação centralizada e subterrânea. Esta é movida também à lenha que é queimada numa fornalha no exterior do aviário, sendo somente o calor conduzido e espalhado para o interior da instalação.

Contudo, todos os investimentos na avicultura, a exemplo dos citados, não são compensados pelo preço das aves entregues para a empresa. Entre os anos de 1996 e 1998, os preços dos frangos vivos na área de Chapecó tiveram uma média de R\$0,63 ao quilo, já nos anos de 1999 e 2000, a média foi de R\$0,70 (ICEPA/SC, 2001). Essa pequena elevação ocorreu devido ao aumento das vendas do produto, tanto no mercado interno, quanto nas exportações; essa situação, entretanto, não reflete num aumento de ganhos para o produtor. A maioria dos integrados entrevistados salientam que as dificuldades de investir na moradia e de adquirir novas terras são conseqüências dos baixos preços dos produtos vendidos. Isso ocorre porque os poucos ganhos com a atividade normalmente são utilizados na aquisição de novos equipamentos ou na manutenção das instalações dos animais; sendo assim, eles não conseguem fazer novos investimentos em benefício da família, caracterizando um processo de empobrecimento. Além de serem forçados a adotar as novas tecnologias disseminadas pelas empresas, os produtores têm de vender seus produtos num mercado monopsonico. Dessa maneira, eles permanecem em situação de dependência em relação às empresas de equipamentos e de beneficiamento dos animais e, conforme Graziano da Silva (1999, p.141), "muitas vezes as agroindústrias subordinam os pequenos produtores através de mecanismos semelhantes ao do capital comercial".

Os integrados estão em suas unidades produtivas e são possuidores de sua força de trabalho, mas são “trabalhadores para o capital”, são “úteis ao capital” à medida que proporcionam trabalho gratuito para as empresas às quais se encontram vinculados (WANDERLEY, 1985). Portanto, sua autonomia é apenas aparente, pois eles são (des)possuídos da condição de dirigentes do processo produtivo.

Como consequência das dificuldades de acesso a uma parcela maior de terras, é freqüente encontrar filhos casados, residindo na mesma propriedade dos pais. A maior parte (setenta por cento) dos entrevistados salientam que as filhas ou filhos casados dividem a mesma moradia com os pais. Com pouco estímulo para prosperarem, as famílias mal conseguem manter a propriedade adquirida pelos pais ao longo de suas vidas.

Por essas questões, empenham ao máximo a força de trabalho familiar nos cultivos realizados na lavoura e, principalmente, nas atividades destinadas ao mercado, como a suinocultura e a avicultura integradas. Essas atividades contêm investimentos equivalentes ao que a família conseguiu economizar durante muitos (quinze, vinte) anos de trabalho e, por isso, os agricultores, de modo geral, não mudam facilmente de atividade. E, para manter o empreendimento e desempenhar todas as atividades (policultura, suinocultura e/ou avicultura) da pequena propriedade é necessário o trabalho de todos os membros da família.

A DIVISÃO DO TRABALHO NO INTERIOR DA PROPRIEDADE

No município de Quilombo, no ano de 2000, cerca de 95% do trabalho necessário às diversas atividades na pequena propriedade eram desenvolvidos pela família. Dentre os entrevistados, exclusivamente a figura masculina é a que aparece como principal condutora do processo que envolve a tomada de decisões na família em relação à propriedade. Os encaminhamentos dos investimentos na propriedade, tanto no que se refere à moradia, às instalações para os animais e à lavoura, quanto no que diz respeito à contratação de trabalhadores temporários ou mesmo ao atendimento aos técnicos das empresas, são discutidos entre os diversos componentes da família. Porém, a decisão final sempre recai sobre os homens.

Em cerca de sessenta por cento das famílias entrevistadas, o filho casado, ou filho mais velho, ou ainda o genro residente na propriedade aparece como o principal condutor para o encaminhamento das maiores responsabilidades da unidade familiar. Acredita-se que o principal motivo dessa ocorrência tenha relação direta com a idade avançada (mais de sessenta anos) dos “chefes de família”, ou seja, o pai ou sogro. Outro motivo pode ser as constantes modificações requeridas pelas atividades de integração. As alterações decorrentes do contínuo avanço de pesquisas são repassadas aos produtores pelas empresas que exigem um retorno, via matéria-prima, em tempo breve. Segundo um técnico de uma empresa integradora atuante no município, “... os mais jovens não apresentaram as resistências dos mais idosos em incorporar as novidades disseminadas pelas empresas”. Ou seja, se a integração (suinícola ou avícola) for a principal atividade econômica da propriedade, é conveniente que o integrado acompanhe as inovações das empresas, segundo a visão das próprias empresas. Entretanto, todas as despesas com os investimentos nas atividades ficam a encargo do integrado.

Por outro lado, nas propriedades em que ocorrem duas atividades integradas, enquanto a avicultura é administrada pelos mais jovens, a criação de suínos fica sob a responsabilidade dos mais idosos. Muitos dos suinocultores praticam essa atividade

desde a infância e, para eles, é uma “paixão trabalhar com esses bichinhos”. Essa “paixão”, misturada com um certo saudosismo, pode ser evidenciada nas palavras de diversos produtores de suínos do município, especialmente entre aqueles com mais de sessenta anos de idade e que iniciaram a atividade quando chegaram a Quilombo como colonos, procedentes do Rio Grande do Sul.

Muito provavelmente, as empresas atuantes no município apropriaram-se desta chamada “vocação para criar suínos” apresentada pelos agricultores, para inser los no sistema de integração, no início da década de 1980. E, por “gostarem tanto” de criar suínos, muitos dos produtores acabam absorvendo, de maneira mais eficaz, as instruções técnicas repassadas quanto ao manejo desses animais, a exemplo da alimentação, da limpeza e da adequação das instalações. Essas mudanças acontecem dentro de um período e de maneira maleáveis, se comparado com o que ocorre na avicultura, em que os padrões de criação são rapidamente implementados. Porém, essas mudanças acontecem em moldes determinados pelas empresas que acompanham as tendências do mercado, tanto nacional, quanto no internacional, para onde é destinada parte da produção de carnes catarinense. No ano de 2002, o estado de Santa Catarina produziu 2,8 milhões de toneladas de carne suína, representando 28% da produção nacional. Da produção catarinense, 69% foram destinados ao mercado nacional e 31% para exportação. Na avicultura, para o mesmo ano, o estado produziu 1,4 milhão de toneladas, equ valendo a 19% da produção brasileira; do total de aves produzido nesse ano, 58,4% foram comercializados no Brasil e 41,5%, no mercado externo (ABEF, 2003; ABIPECS, 2003; ICEPA/SC, 2003).

Em decorrência da constante busca de um produto de melhor qualidade, as mudanças ocorridas na produção integrada podem afetar, em maior ou menor grau, as relações de trabalho no interior da unidade familiar, já que essa é a grande responsável pela criação de suínos e aves para as empresas na área pesquisada. No entanto, nessas propriedades, a maior diversidade de atividades não está relacionada somente   integração, existem diversas outras atividades que demandam muito trabalho. Por isso, todos os membros da f milia envolvem-se no trabalho.

O cotidiano das mulheres agricultoras está carregado de importância para a manutenção da propriedade, da f milia e, conseqüentemente, da agricultura familiar. Cabe à elas a maior diversidade de tarefas: o trabalho doméstico (alimentação e limpeza), o atendimento às crianças, o cuidado com o gado leiteiro (pastagem, ordenha), o cultivo das chamadas “miudezas” (hortaliças, amendoim, cebola, abóbora), o cultivo do jardim, além da participação nos cuidados no aviário e o auxílio na roça (cultivo de milho, fumo e feijão), sempre que lhes for possível.

Outras atividades da propriedade, a exemplo da suinocultura, da aração do solo e do manuseio com maquinários e agrotóxicos, são os chamados “trabalhos pesados” e, estes ficam a cargo, quase exclusivo, dos homens. Esses trabalhos são considerados como “serviços para os homens”. Por isso, logo cedo, os meninos auxiliam os pais na roça e ajudam a cuidar dos leitões - vigiando a água dos animais, cuidando para que eles não briguem e levando ração na hora de alimentá-los. “São esses, entre outros, serviços mais leves que a gurizada ajuda os pais a fazer”, como se refere um dos entrevistados.

Percebe-se a grande importância do trabalho de todos os componentes da f milia na execução das atividades na pequena propriedade. As crianças, desde cedo, aprendem os afazeres e ajudam os seus pais nas atividades diárias. Apesar disso, existem f mlias que não conseguem reunir trabalhadores suficientes para a demanda de trabalho exigido por algumas atividades. E é nesse meio então que ocorre o trabalho temporário.

O TRABALHO TEMPORÁRIO

Dentre os produtos agrícolas, existem alguns que requerem maiores cuidados que outros por causa de sua fragilidade após a maturação, a exemplo do feijão. No entanto, o milho possui relativamente maior resistência às intempéries que o feijão. Contudo, como o milho é cultivado em maior quantidade que os demais produtos, na época de sua colheita, demanda mais tempo e mais braços também.

No período da colheita, alguns agricultores, aqueles com poucos membros da família disponíveis para trabalhar na lavoura, buscam auxílio com os trabalhadores temporários, os chamados *diaristas* ou *peões*. Dependendo do tamanho da lavoura e/ou da quantidade de trabalhadores existentes na família, o número de dias trabalhados varia de três a dez. Os diaristas são pessoas residentes na própria localidade onde mora o produtor ou na periferia da cidade. Os trabalhadores diaristas recebem cerca de R\$ 10,00 por dia e mais o almoço e essa forma de pagamento é a mesma adotada para o trabalho de carregamento de animais prontos para o abate na suinocultura.

Na avicultura, o trabalho temporário de carregar aves tem sido efetuado por meio de subcontratação. Os produtores integrados recorrem a uma empresa de carregamento que, por sua vez, disponibiliza os prestadores de serviço, os "galeiteiros". Em Quilombo, apenas uma empresa atuava no ramo de carregamento de aves em 2001. Na execução desse trabalho, são consideradas as seguintes etapas: a) quando as aves estão prontas para o abate, a empresa integradora marca a data de carregamento das mesmas na residência do produtor; b) o integrado avisa a empresa de carregamento sobre a quantidade de aves a serem carregadas - treze a quinze mil aves; c) o responsável pela empresa organiza as equipes de trabalhadores - entre quinze e dezoito galeiteiros; d) no dia e hora marcados os galeiteiros são conduzidos ao local de carregamento e executam a atividade gastando em torno de três horas de trabalho contínuo e intenso.

Até meados da década de 1990, era comum a prática da ajuda mútua ou "troca de dias de trabalho", denominada entre os produtores. Essa prática consistia na reunião de cerca de quinze pessoas para apanhar e carregar as aves dos aviários para os caminhões e ocorria no final do ciclo de criação das aves. Os envolvidos nessa prática, normalmente, eram pessoas da mesma localidade, vizinhos e/ou parentes do produtor.

A troca de dias de trabalho acontecia tanto entre os integrados, quanto entre os não-integrados. No primeiro grupo (integrados), um certo número de pessoas de uma família participava do carregamento de frangos de uma outra propriedade e, como troca, a família que recebera a ajuda devolvia o mesmo número de horas trabalhadas, também no carregamento de aves. Já entre o segundo grupo (não-integrados), a troca ocorria por ocasião da colheita dos produtos ou em horas de maquinário, como aração de terras com trator, entre outros trabalhos.

Entretanto, nos últimos dez anos, houve algumas mudanças em relação ao trabalho temporário no Oeste catarinense. Ocorreu uma redução da oferta desse trabalho, especialmente entre os diaristas que trabalham nas lavouras. Parte dessa redução pode estar relacionada com substituição do trabalho braçal, como a capina, pelo uso de agrotóxicos. Em áreas de cultivo de milho e feijão, onde era efetuada a capina como forma de combater as ervas daninhas, atualmente os agricultores têm utilizado herbicidas e inseticidas. Assim, o aumento do uso de agrotóxicos nas propriedades rurais de Quilombo tem reduzido a quantidade da força de trabalho (familiar e temporária) no cultivo dos produtos citados. Isso, é claro, sem levar em conta toda uma série de problemas de saúde e/ou ambientais que são decorrentes dessa prática, mas que não está sendo analisado neste texto.

A denominada “prática de ajuda mútua” ainda era utilizada entre os integrados até meados da década de 90, apesar de a maioria utilizar trabalho temporário por ocasião do carregamento das aves (PIZZOLATTI, 1996). Porém, verifica-se que essa prática está desaparecendo. Em Quilombo, por exemplo, no ano de 2000, apenas uma propriedade utilizava a troca de dias no carregamento de frangos entre os entrevistados porque todos os componentes eram da mesma família. Esse tipo de ajuda tem-se tornado cada vez mais difícil, pois o número de pessoas na agricultura também tem reduzido. A escassez de trabalhadores disponíveis nas pequenas propriedades faz com que seja aumentada, ainda mais, a carga de trabalho para aqueles que nela permanecem.

CONCLUSÃO

Tendo em vista a existência de diferentes tarefas em uma pequena propriedade, pode-se inferir que elas são distribuídas e realizadas de modo diferenciado entre os componentes da família e os trabalhadores temporários. Enquanto que, algumas atividades da agropecuária são exercidas somente pela família, outras requerem mais trabalhadores e são desenvolvidas com o auxílio dos diaristas e galeiteiros. De qualquer modo, todos esses trabalhadores contribuem de forma decisiva para a construção e modificação do espaço onde se encontram inseridos.

A maneira de trabalhar (como as práticas de ajuda mútua) e de se relacionar na agricultura familiar também têm sido alteradas e até mesmo transformadas. Como consequência de um processo modernizante, a agricultura familiar catarinense da atualidade se depara com diversos desafios, que vão desde a falta de pessoas para suprir a demanda de trabalho até a busca de uma maior valorização dos produtos na hora da comercialização.

Apesar de os componentes da família empenharem-se ao máximo na execução das atividades, percebe-se que entre os pequenos proprietários predomina uma sobrecarga de trabalho individual. As modificações na maneira de trabalhar e na divisão do trabalho na agricultura familiar catarinense acontecem, em grande parte, como resultado da “modernização da agricultura”. Uma maior produtividade em menos tempo e com menor número de pessoas para a realização das atividades laborativas culmina na concentração de trabalho naqueles que ainda permanecem no campo.

A sobrecarga para cada componente familiar ocorre porque a família necessita realizar diversas atividades para a sua manutenção. Esse excesso de trabalho fica ainda mais evidenciado naquelas famílias que possuem na integração a sua principal atividade. Pode-se, constatar que elas necessitam empenhar-se em atividades paralelas para auxiliar na superação das dificuldades financeiras requeridas na manutenção da condição de produtores integrados. Será que a integração não acaba mascarando a realidade vivida pelos integrados? Onde está a homogeneidade da integração proposta pela empresa? Será que ela está apenas na padronização das instalações e no manejo dos animais? Em busca de resposta a algumas dessas indagações, pode-se constatar que a integração vai tornando-se apenas um fetiche no espaço da agricultura familiar de Quilombo, por exemplo. Assim, “[...] os resultados das explorações pretéritas são agora (no momento da produção) para mover a força de trabalho num ciclo de exploração econômica escamoteado pela mediação da propriedade da terra e dos meios de trabalho que confirmam a autonomia dos pequenos produtores. É o fetichismo da pequena produção. O sentido da propriedade fala mais alto, da independência, esconde a dominação” (SILVA 1992, p.12).

Portanto, apesar de serem proprietários, os agricultores familiares, são (des)possuídos da autonomia sobre boa parcela das decisões tomadas em sua pequena propriedade. Em cada uma das propriedades integradas, todas as mudanças exigidas pelas empresas são assimiladas de forma e em tempos diferentes. Em algumas delas, as constantes inovações exigidas nas instalações e nos equipamentos do aviário é contrastante com as más condições de conservação das residências dos próprios integrados. Nesse sentido, evidencia-se que, dentre os agentes que atuam na construção do espaço agrário de Quilombo e do Oeste catarinense, as agroindústrias desempenham um papel hegemônico. E que, o resultado do sobretrabalho exigido de cada trabalhador da agricultura familiar, tem um destino certo – a acumulação de capital pelas empresas.

REFERÊNCIAS

- ABEF – **Associação Brasileira de Exportadores de Frango**, 2003.
- ABIEPCS – **Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína**, 2003.
- ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo, Rio de Janeiro, Campinas: UNICAMP, 1992, (Estudos Rurais)
- ALTMANN, Rubens. **A agricultura familiar e os contratos**: reflexões sobre os contratos de integração, a concentração da produção e a seleção de produtores. Florianópolis: [s.n.], 1997.
- BRITO, Cristóvão. Revisando o conceito de território. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano IV, n.º 6, julho de 2002. Salvador, BA. p. 12-20.
- DELGADO, Guilherme da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985**. São Paulo: UNICAMP/ÍCONE, 1985
- GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982 (Agricultura e Sociedade)
- _____. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª ed. rev. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.
- _____. **Tecnologia e agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1999.
- GUIMARÃES, Alberto Passos. **A crise agrária**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2.ª ed. 1982. (O Mundo, Hoje; v. 29)
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, (vários anos).
- _____. **Censo Agropecuário de Santa Catarina**. Rio de Janeiro, (vários anos).
- ICEPA/SC - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. **GPA - Gerenciamento de Preços Agrícolas**. Relatório da série histórica mensal de frango vivo, 01/1996 à 12/2000. Florianópolis, 2001.
- _____. **Perspectivas para a Agricultura Familiar – Horizonte 2010**. Florianópolis, 2002.

_____. **Agroindicadores** – Exportações Catarinenses – 1998-2003, Florianópolis, 2003.

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Estatísticas Cadastrais – Municipais**. Recadastramento 1992. 2002. vol. I

KROTH, Sirlei Antoninha. **Atalhos da luta**: trajetórias e experiências das mulheres agricultoras e do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina 1983-1993. São Paulo - PUC, 1999. Dissertação. (Mestrado em História)

LAMARCHE, Hugues. **A agricultura familiar**. Campinas, SP: UNICAMP, 1993. (Repertórios)

MÜLLER, G. As relações indústria-agricultura e os padrões agrários no Brasil. **Rascunho**. n.º 2. Araraquara: UNESP/FCL, set. 1989.

PERTILE, Noeli. **Marcas da “integração” na agricultura familiar de Quilombo – SC**. Florianópolis. UFSC, 2001. (Dissertação, Mestrado em Geografia)

PIZZOLATTI, Roland L. **Os pequenos produtores no Oeste Catarinense**: integrados ou entregados? Tese. (Doutorado em Geografia Humana) - USP, São Paulo, 1996.

SILVA, Lenyra Rique da. **A paisagem do fumo em Tubarão**. Florianópolis, 1992. (Trabalho apresentado ao Departamento de Geociências da UFSC para provimento do Cargo de Professor Titular)

SORJ, Bernardo. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira**. 2.^a edição. Rio de Janeiro: Guanabara, 1980 (Agricultura e Sociedade)

_____. et al. **Camponeses e agroindústria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. (Agricultura e Sociedade)

VERGAPOULOS, Kostas. Capitalismo Disforme (O caso da agricultura no capitalismo). p.47. In: AMIN, S.; VERGAPOULOS, K. **A questão agrária e o capitalismo**. Tradução de Beatriz Resende. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

WANDERLEY, Maria de N. B. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**. Brasília, n. 2, n. 1, p. 13-78, 1985.

Recebido em outubro de 2003

Revisado em março de 2004

Aceito em maio de 2004